

## Carta-Aberta ao Presidente da República

Senhor Presidente da República,

Excelência,

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) iniciou, no passado dia 24 de julho, um conjunto de greves, nacionais e regionais. Porque sabemos das implicações que tem sobre os portugueses, tentámos, até à última hora, evitá-lo.

Depois de vários anos sem diálogo, o Governo, com mais de 7 anos de exercício de poder, assinou um protocolo negocial há mais de 1 ano, em que se comprometeu a criar condições para a fixação de médicos no SNS.

Foi preciso a greve nacional, dos dias 25, 26 e 27 de julho, para que o Governo apresentasse uma proposta negocial escrita, ainda que manifestamente inaceitável. Proposta, esta, recebida às 2h59 do dia 27 de julho – véspera de uma reunião negocial.

Lembramos o apelo que o Dr. António Arnaut fez, no ano do seu falecimento, ao Senhor Primeiro-Ministro. E lembramos, ainda, que reconheceu a necessidade de se elevarem as condições remuneratórias dos médicos.

Durante a greve nacional, o Senhor Ministro da Saúde afirmou, perante a comunicação social, serem necessárias duas pessoas para “se dançar o tango” (sic). Concordamos em absoluto e tudo fizemos para sermos convidados para tal “dança”.

Os médicos não querem mais do que ver o seu poder de compra reposto, após a brutal perda de que foram vítimas nos últimos 10 anos. E querem ter as condições para prestar aos seus doentes cuidados de saúde nas melhores condições.

Falamos, neste caso, na organização e disciplina do trabalho médico. E, em concreto, da imprescindibilidade de serem mantidos os descansos compensatórios, com prejuízo de horário. A qualidade e segurança clínicas a isso o obrigam.

A negociação coletiva é a expressão dos direitos adquiridos pelos trabalhadores portugueses em abril de 1974. Conforme Vossa Excelência muito apropriadamente referiu, no passado dia 26 de Julho: “governar é escolher prioridades. E saúde e educação são e deveriam ser prioridades se quisermos ir muito mais longe como sociedade desenvolvida e justa”.

Senhor Presidente da República,

Excelência,

Em 2022 foram cobrados mais 11,3 mil milhões de euros de impostos do que em 2021, tendo sido atingido o máximo da carga fiscal de 36,4% do PIB. Já este ano, entre janeiro e junho, foram cobrados 23,3 mil milhões de euros - mais 30,4% do que no período homólogo de 2022.

O desinvestimento no SNS e na carreira médica traduz-se em números objetivos: um milhão e seiscentos mil portugueses sem médico de família; listas de espera para cirurgias e consultas cada vez mais dilatadas no tempo; e encerramento rotineiro de urgências, eufemisticamente denominado de “reorganização”.

Acrescem 5 milhões de horas extra de médicos do SNS, 172 milhões de euros em pagamentos a prestadores de serviço e dezenas de milhões de euros em cheques-cirurgia.

São estes os cuidados de saúde de que os portugueses necessitam? É este o SNS que o Governo pretende?

Ao não aplicar os recursos disponíveis no desenvolvimento económico e social do País, o Governo está a dificultar o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde que a Constituição consagra.

Investir no setor da Saúde, incluindo numa remuneração justa para os médicos, não apenas é moralmente correto, como é um investimento crucial no futuro do País.

De pouco adianta o sucesso orçamental, quando o Governo demonstra insensibilidade e, até, desprezo perante as necessidades de saúde da população portuguesa.

Nunca os portugueses pagaram tanto para ter acesso aos cuidados de saúde que o SNS devia assegurar.

Atualmente, cerca de 50% dos portugueses tem uma segunda cobertura para os problemas de saúde, quando em 2017 eram 25%.

A realidade é objetiva, quando quantificada: 3,2 milhões dos portugueses contratam seguros privados para além dos 1,6 milhões que descontam para a ADSE e os 135.000 para o SAMS.

Em 2020, as despesas privadas em saúde correspondiam ao 2º valor mais elevado, em termos percentuais, na União Europeia. E, em 2021, houve um aumento da despesa corrente privada de mais de 14,6 %.

Senhor Presidente da República,

Excelência,

O SIM está – como sempre esteve – comprometido em encontrar uma solução que reflita o verdadeiro valor do trabalho médico. Infelizmente, e apesar da nossa resiliência e vontade em acordar, tal não foi possível.

Fizemos tudo para atingir um acordo justo, que eliminasse a erosão de mais de 22% dos salários médicos nos últimos 10 anos.

Fomos obrigados a uma greve nacional, nos passados dias 25 a 27 de julho, e a uma greve ao trabalho suplementar, em curso desde 24 de julho e até 22 de agosto, nos hospitais e cuidados de saúde primários.

Temos, igualmente, previstas uma greve nacional de médicos internos e várias greves globais regionais até finais de setembro. A próxima decorrerá no dia 9 de agosto, na região Centro.

Não o desejámos, nem o queremos, mas a isso fomos obrigados.

Reafirmamos o fortíssimo apelo ao Governo para que concretize as propostas com que, na pessoa do Senhor Ministro da Saúde, se comprometeu há um ano: dedicação plena, serviços de urgência, organização e disciplina do trabalho médico e revisão e qualificação da grelha salarial.

E dirigimo-nos ao Chefe de Estado, garante máximo do regular funcionamento das instituições democráticas, exercendo a sua magistratura de influência num derradeiro apelo à consecução dos referidos objectivos, a bem do SNS e da saúde dos portugueses.

Esperamos que Vossa Excelência possa influenciar no interesse de todos os portugueses, o desfecho célere do processo em curso.

Com os mais respeitosos cumprimentos

Lisboa, 7 de agosto de 2023

Jorge Roque da Cunha

Secretário-Geral do SIM